do referido orçamento «Despesas com a organização de conferências».

Ministério das Colónias, 30 de Março de 1936. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

**Junta das Missões Geográficas
e de Investigações Coloniais**

Portaria n.º 8:402

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em execução do disposto no decreto-lei n.º 24:171, de 13 de Julho de 1934, fixar as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1936 com a missão geográfica de Moçambique, na importância de 700.000\$, a saber:

Despesas com pessoal:

Vencimentos fixos, ajudas de custo e subsídios de trabalho 400.000\$00

Viagens e transportes de pessoal e material:

Passagens, fretes, gasolina, óleo, pessoal indígena e sua manutenção, etc. 180.000\$00

Despesas com material:

Aquisição, beneficiação e conservação do material 50.000\$00

Pagamento de diversos serviços 120.000\$00

Total 750.000\$00

2) As transferências de verbas entre as diferentes rubricas deste orçamento, ou ainda entre os orçamentos de diferentes missões, poderão ser autorizadas por despacho ministerial, sob proposta do presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Ministério das Colónias, 30 de Março de 1936. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

Portaria n.º 8:403

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, em execução do disposto no decreto-lei n.º 24:172, de 13 de Julho de 1934, fixar as despesas a realizar até 31 de Dezembro de 1936 com a missão de revisão da fronteira entre o território da Companhia de Moçambique e a Rodésia-Sul, na importância de 550.000\$, a saber:

Despesas com pessoal:

Vencimentos fixos, ajudas de custo e subsídios de trabalhos 290.000\$00

Viagens e transportes de pessoal e material:

Passagens, fretes, gasolina, óleo, pessoal indígena e sua manutenção, etc. 110.000\$00

Despesas com material:

Aquisição, beneficiação e conservação de material 40.000\$00

Pagamento de diversos serviços 110.000\$00

Total 550.000\$00

2) As transferências de verbas entre as diferentes rubricas deste orçamento ou ainda entre os orçamentos de diferentes missões poderão ser autorizadas por despacho ministerial, sob proposta do presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Ministério das Colónias, 30 de Março de 1936. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Decreto-lei n.º 26:481

1. As disposições do presente decreto são a reprodução da proposta de lei apresentada pelo Governo à Assembleia Nacional, salvo a do artigo 4.º da mesma proposta, que foi eliminada. É permitida a plantação de bacelos para uvas de mesa, desde que:

a) Os terrenos sejam próprios para essa cultura e favoráveis as condições climáticas da região;

b) A enxertia se efectue nas castas que forem indicadas pelos serviços técnicos do Ministério da Agricultura;

c) E os agricultores se comprometam a executar, na plantação e na cultura, os esquemas e instruções dos mesmos serviços.

Pretende-se fomentar a produção de uvas de mesa, destinadas aos mercados externos, em condições de concorrência de preço e qualidade com as de outros países e abastecer o mercado interno com variedades de tardia maturação, que actualmente não existem.

Pretende-se fomentar e dirigir a constituição de «pomares vitícolas», como já se lhes chamou, e não de vinhas, destinadas a produzir uvas para o fabrico de vinho, cuja plantação o Governo continua a considerar inconveniente para os interesses da vinicultura e da economia geral.

A proposta foi objecto de um longo e douto parecer da Câmara Corporativa, que conclue pela forma seguinte:

Parece à Câmara Corporativa que a proposta é necessária e oportuna e que merece ser aprovada desde que se elimine o artigo 4.º, pelas considerações expostas e por proposta do Sr. Ministro da Agricultura.

A Assembleia Nacional não teve tempo de pronunciar-se sobre ela. Mas parecem incontestáveis a vantagem e a utilidade das suas disposições. Por isso se convertem em regra legal.

*

2. Já noutro documento se disse, ao apreciar a evolução económica geral e a sobreprodução de alguns géneros, que devíamos seguir o caminho de procurar na terra outras fontes de riqueza, produzindo e explorando aquilo de que ainda carecemos ou que outros países podem receber: frutos, carnes, produtos de origem florestal, etc. E que a economia agrária se pode considerar melhor defendida se, em lugar de uma ou poucas culturas, se explorarem mais, ainda que o rendimento global seja o mesmo.

Estes princípios adquirem especial relêvo em face do aumento crescente da população e no momento em que a situação económica dos povos obriga a secar as fontes da emigração.

Eis as razões, entre outras, que levaram o Governo à publicação de medidas de fomento frutícola, para que o País tem especiais aptidões, e os motivos pelos quais se preocupa com o desenvolvimento pecuário e oleícola. E deve dizer-se que, em execução dessas medidas, já este ano se instalam algumas dezenas de pomares, de feição industrial, com o auxílio e assistência do Ministério da Agricultura, ao mesmo tempo que se intensifica a propaganda dos meios de tratamento das árvores e se educam, a expensas do Estado, algumas centenas de trabalhadores nos serviços de poda.

3. Quanto às uvas de mesa, julga o Governo, em consequência do estudo a que procedeu, que a sua exportação se poderá fazer em larga escala, sem temer demasiadamente nem a saturação dos mercados nem a concorrência dos outros países produtores. Ponto é que se utilizem novas castas mais resistentes e carnudas e, por isso mesmo, de melhores condições de conservação e de melhor aceitação nos mercados. Nota-se, ao examinar as estatísticas dos principais países consumidores, de elevada civilização, o contínuo aumento do consumo de frutas. E verifica-se que a capitação do consumo de uvas é inferior ao de outras espécies.

Por outro lado os países concorrentes do nosso são os países mediterrânicos, especialmente a Espanha, e os balcânicos, todos a maior distância da Grã-Bretanha e de outros mercados.

Para a Grã-Bretanha mandamos anualmente a maior parte do que se exporta. Simplesmente a uva «Diagalves» — principal objecto dessa exportação —, saborosa, mas delicada e fundente, não tem a aceitação de outras de inferiores qualidades sápidas, por serem mais resistentes e de melhor aparência.

Quem examinar a curva dos preços das uvas nos mercados da Grã-Bretanha verifica o seguinte: enquanto não tem concorrentes, a «Diagalves» vende-se a 6 e 7 xelins por caixa e a mais. Porém, logo que aparece a «Ohanês» de Almeria, as cotações caem para metade ou menos de metade. A «Daltier de Beirouth», a «Rosaki», que já se sabe de boa adaptação no nosso País, e a «Afus-Ali» mantêm sempre cotações elevadas. E acima de todas a «Emperor», proveniente da Califórnia, que aparece nos mercados de Londres nos fins de Outubro.

É indispensável, pois, adoptar outras castas de características preferidas nos mercados consumidores e de maturação mais tardia, embora se conserve a «Diagalves» para exportar durante a primeira fase desses mercados. Não bastam os cuidados havidos na exportação, escolha das uvas, taras e embalagens, acondicionamento, regularização dos transportes, organização da produção e do comércio. É necessário preparar a matéria prima para mais larga exportação.

Não se conhece o consumo de uvas nos mercados internos. Sabe-se porém que o de Lisboa absorveu no último ano mais de 4.000.000 de quilogramas. Se possuíssemos castas de maturação tardia é de crer que o consumo interno tivesse um apreciável aumento.

Por isso, e mesmo sob o ponto de vista interno, o problema que se põe não parece destituído de interesse.

4. Pergunta-se agora se as disposições do presente decreto contrariam ou não as disposições promulgadas com o fim de evitar o aumento da produção de vinhos e de restringir a produção existente.

Proibiu-se na verdade, pelo decreto n.º 24:976, a plantação de bacelos e tornou-se obrigatória a enxertia de produtores directos e a destruição das efectuadas contra o disposto no mesmo decreto. Foram essas medidas consideradas indispensáveis para a salvação da viticultura, tam duramente experimentada nos últimos anos, e completadas pela Assembleia Nacional, sob parecer da Câmara Corporativa, com a do arrancamento de uma percentagem das vinhas plantadas em terrenos de várzea ou de aluvião de cota igual ou inferior a 50 metros. Isto ao mesmo tempo que se prosseguia na política de intervencionismo com apoio nos organismos corporativos, largamente financiados pelo Estado, a fim de evitar ou diminuir os efeitos do excesso de produção. Pode dizer-se que é sensivelmente melhor a situação da vini-

cultura. Mas isso é devido menos às restrições impostas do que à diminuição da última colheita e às medidas de intervenção postas em prática com o auxílio do Estado. O problema é pois na sua essência o que era à data do decreto n.º 24:976. Simplesmente parece ao Governo que a formação dos chamados «pomares vitícolas» em nada prejudica a execução das leis vigentes.

A plantação é condicionada pela autorização da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, que procede neste caso de forma semelhante à adoptada na preparação dos pomares. Estuda-se o solo e o subsolo, as condições climáticas da região, a situação dos prédios em relação aos lugares de consumo, vias de comunicação, meios de transporte, etc. E sobre tudo isto elaboram-se os esquemas de plantação e as instruções a que tem de sujeitar-se o agricultor. As vinhas para uvas de mesa têm de ser armadas de maneira especial para facilitar o «engarpe» ou polinização artificial e os cuidados de tratamento e calibragem dos bagos.

Finalmente, a enxertia deve ser feita em castas mais resistentes, carnudas e de tardia maturação.

De tudo se é levado a concluir que, pelo próprio princípio do condicionamento, pelas qualidades intrínsecas das uvas e época da sua apanha, elas não serão applicadas no fabrico de vinho. Nem seria lucrativo fazê-lo em face do custo de produção.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É permitida a plantação de bacelos destinados à produção de uvas de mesa, mediante autorização da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e sob as condições seguintes:

a) De os terrenos serem próprios para essa cultura e favoráveis as condições climáticas da região;

b) De a enxertia se efectuar com as castas que forem indicadas pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

Art. 2.º Os agricultores que obtiverem a autorização de plantio ficam obrigados a subordinar os trabalhos de plantação e de cultura a esquemas e instruções elaborados pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e a ceder a este organismo garfos das videiras em exploração.

Art. 3.º A Direcção Geral dos Serviços Agrícolas prestará assistência técnica aos agricultores que a requisitarem para o efeito do disposto neste decreto e fiscalizará a execução dos trabalhos.

Art. 4.º Os agricultores que plantarem ou enxertarem bacelos com infracção do disposto no presente decreto incorrem nas penalidades previstas na lei n.º 1:891, de 23 de Março de 1935, e seu regulamento, procedendo-se ao arrancamento ou destruição da enxertia, nos termos da referida lei e regulamento.

Art. 5.º Os agricultores interessados devem pôr à disposição dos técnicos o meio de transporte necessário desde a estação de caminho de ferro ou paragem de carreira mais próxima até à propriedade, para o efeito do disposto nos artigos 1.º, 2.º e 3.º deste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 30 de Março de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.